



MMB

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus n.: 0002644-77.2014.8.17.0000(330.287-2)
Comarca: Serânia
Juízo: Vara Única
Impetrantes: José Vicente Pereira Cardoso da Silva e outros
Paciente: Pâmela Suzyn de Melo Braz
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. DELITOS REITERADOS. IGUAL MODUS OPERANDI. VÍTIMAS DIVERSAS. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES PENAIS. PEDIDOS, CAUSA DE PEDIR E PARTES. IDENTIDADE AUSENTE. TRANCAMENTO INVIÁVEL. APARENTE CONTINUIDADE DELITIVA. FEITOS QUE GUARDAM INEGÁVEL LIAME INSTRUMENTAL E PROBATÓRIO. REUNIÃO RECOMENDADA. JULGAMENTO CONJUNTO. PRAZO. EXCESSO. COMPLEXIDADE. VÍTIMAS. PLURALIDADE. PRECATÓRIAS. EXPEDIÇÃO. RETARDO JUSTIFICADO.

1. Por veicularem imputações aparentemente amoldadas à definição jurídica do crime continuado, as diversas ações penais informalmente já tramitam em conjunto, ante a aparente conexão instrumental e probatória entre os feitos.
2. Sem que evidenciada de plano a alegada litispendência entre as ações, a aparente continuidade delitiva não autoriza o acolhimento do pretendido trancamento das demais ações penais instauradas contra a ré.
3. Vislumbrando-se a partir dos próprios textos das denúncias assacadas contra a ré a possível ocorrência de crimes continuados, é recomendável a reunião de todas as ações penais para julgamento conjunto, quando então terá o magistrado singular melhor condição de decidir, de acordo com o convencimento que lhe trouxer a prova contida nos autos, sobre a ocorrência de crime continuado (art. 71 do CP) ou de concurso material (art. 69, do CP).
4. Os feitos instaurados contra a ré se revelam complexos pela pluralidade de vítimas e dificuldade na localização e oitivas das mesmas, e pela necessidade de expedição de cartas precatórias, pois a ré está presa em outra comarca e algumas vítimas também moram fora do distrito da culpa.
5. Ordem denegada, determinando-se ao juiz primevo a reunião das ações penais instauradas contra a Paciente para julgamento conjunto e brevidade na designação de audiências. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 20 de maio de 2014, à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que integram o presente julgado. Recife, 11 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



104

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus n.: 0002644-77.2014.8.17.0000(330.287-2)
Comarca: Serânia
Juízo: Vara Única
Impetrantes: José Vicente Pereira Cardoso da Silva e outros
Paciente: Pâmela Suzyn de Melo Braz
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se habeas corpus em favor de **Pâmela Suzyn de Melo Braz**, denunciado perante o Juízo da Comarca de Serânia, nos autos do Proc. n. 0001055-22.2012.8.17.1390, por infrações ao art. 171, *caput*, c/c art. 61, II, "h" (três vezes) e art. 168, § 1º, III, todos do Código Penal Brasileiro.

A inicial sustenta a ocorrência de litispendência entre a ação penal objeto da impetração e os Procs. n. 0000982-50.2012.8.17.1390, 001131-46.2012.8.17.1390, 0001163-51.2012.8.17.1390 e 0000694-68.2013.8.17.1390, por ter a Paciente praticado todos os fatos em continuidade delitiva, nos termos do art. 71 do CP, porém foi denunciada por cada fato praticado, isoladamente.

Alega, ainda, que em todos os processos as condutas imputadas são exatamente as mesmas, praticadas na mesma agência bancária e com o igual *modus operandi*, diferenciando-se apenas pela diversidade de vítimas, razão pela qual requer o trancamento da ação penal objetada.

Aduz, por fim, constrangimento ilegal por excesso de prazo.

À inicial acostaram-se os documentos de fls. 11/23.

Pleito liminar indeferido (fl. 32). Informações requisitadas (fl. 33).

A Juíza *a quo*, por ofício de fl. 36, relatou a marcha processual.

O Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, emitiu parecer de fls. 97/100, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

VOTO:

Embora alegue a litispendência entre as diversas ações penais movidas contra a Paciente, a inicial foi instruída apenas com as denúncias dos Procs. n. 0001055-22.2012.8.17.1390 e 0000694-68.2013.8.17.1390.

A precária instrução do *mandamus* impediria o conhecimento da controvérsia *sub judice* por inviabilizar o cotejo analítico de cada denúncia ofertada, de modo a aferir a suposta ocorrência de litispendência, todavia, a lacuna probatória foi suprida pela juíza primeva, que ao prestar informações enviou cópias de todas as peças acusatórias ofertadas contra a Paciente.

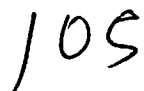
Conforme se verifica do exame das exordiais acusatórias trazidas à colação, o Órgão Ministerial imputa à Paciente, em cinco ações penais distintas, a prática reiterada de crimes de estelionatos, apropriações indébitas qualificadas em razão do ofício, falsificações de documentos públicos também qualificadas pelo ofício exercido, perpetrados contra treze clientes do Banco do Brasil, agência Sertânia, sempre se valendo da atividade que ali exercia na condição de prestador de serviço terceirizado daquela instituição bancária.

À exceção do Proc. n. 0000982-50.2012.8.17.1390, o primeiro a ser ajuizado em desfavor da Paciente, no qual figura como vítima apenas a Srª. Josefa Gustavo da Silva, nas demais ações penais instauradas, a Promotoria de Justiça aglutinou em uma mesma denúncia, as condutas atribuídas à Paciente em vários inquéritos policiais, instaurados para apurar fatos idênticos, ocorridos em datas diversas e contra vítimas diferentes, supostamente praticados pela Paciente nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução.

Nas denúncias que veiculam imputações aglutinadas, o próprio representante do Ministério Público pugnou pela condenação da Paciente, nos moldes preconizados no art. 71, da Norma Material, asseverando a ocorrência da ficção jurídica da continuidade delitiva entre os delitos imputados.

Conquanto veiculem imputações aparentemente amoldadas às balizas normativas do crime continuado, as diversas ações penais ajuizadas vêm tramitando em conjunto, ainda que informalmente, diante da aparente conexão instrumental e probatória que estabelece um liame entre os feitos.

Tanto o é que a juíza processante designou todas as audiências de instrução e julgamento para a mesma data, o dia 28.04.2014, todavia, por ter sido convocada para integrar o Mutirão Carcerário do CNJ, a magistrada não pode realizar os atos processuais aprazados, que restaram adiados.



Entretanto, a aparente continuidade delitiva que se delineia em tais ações penais não autoriza o acolhimento do pleito de trancamento vertido na inicial do *mandamus*, porquanto não evidencia a alegada litispendência.

Embora idênticos os delitos imputados à Paciente, resta patente a distinção entre as condutas imputadas, praticadas em momentos distintos e em detrimento de vítimas diversas, ainda que atribuídas à mesma acusada.

Ocorre a litispendência quando há identidade de pedidos, de partes e de *causa petendi*, ou seja, quando em ações penais distintas, o réu é processado pelos mesmos fatos, com idênticas vítimas e causa de pedir, por ser defeso ao Estado perseguir a punição do mesmo réu em ações penais diversas, com esteio em igual conduta delituosa. Sobre o tema decidiu o STJ:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PREFEITO MUNICIPAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE, PREVISTO NO ART. 1º, INCISO XIII, DO DECRETO-LEI N.º 201/1967, C.C. O ART. 71, DO CÓDIGO PENAL. **ALEGAÇÃO DE IDENTIDADE NAS ACUSAÇÕES PROCEDIDAS CONTRA O ORA PACIENTE. LITISPENDÊNCIA: NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.** 1. Litispendência significa identidade da lide, ou seja, igualdade de partes, de pedido e de causa de pedir, concomitantemente, o que não ocorre na hipótese. Embora nas ações penais mencionadas tenha o Paciente sido acusado de contratar, irregularmente, servidores públicos municipais, entre 2002 e 2004, os fatos não são comuns, pois referem-se a servidores diversos. Não ocorrência de identidade de pedidos. 2. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 176.940/PB. Rel. Min. Laurita Vaz. 5ª Turma. Julgado em 18.12.2012. DJe 01.02.2013)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. **ESTELIONATO. OFENSA À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA.** UNIFICAÇÃO DE PENAS. INVIABILIDADE DE PROCEDER-SE A TAL EXAME NA VIA ELEITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÕES PENAIS. I - **Não se cuida de ofensa à coisa julgada a tramitação de processo que apura a prática de crime de estelionato, em tese, praticado pela paciente, contra vítimas diversas das constantes em processo anterior que culminou com sua condenação pelo cometimento do mesmo tipo penal** (art. 171 do CP). II - **Compete ao juízo da Execução proceder à unificação de penas (art. 66, inciso III, a da LEP) acaso constatada a configuração de continuidade delitiva entre delitos apurados em processos distintos (Precedentes desta Corte e do Pretório Excelso).** Inviável tal exame na via eleita por demandar aprofundado exame de material fático-probatório. Ordem denegada. (HC 81.671/SP. Rel. Min. Felix Fischer. 5ª Turma. Julgado em 18.11.2008. DJe 02.02.2009)

No mesmo sentido já militava a vetusta jurisprudência do STF:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

"Alegação de litispendência em processo penal. Para que ela se configure, é necessário que o mesmo autor, invocando o mesmo fato, formule o mesmo pedido contra o mesmo réu". (RCrim 1245, DJU 30.03.1979. Rel. Min. Antônio Neder).

"Só há litispendência enquanto em curso ambas as ações penais que digam respeito ao mesmo réu e pelo mesmo fato a ele imputado". (HC 77909/DF, DJU 12.03.1999. Rel. Min. Moreira Alves).

Na hipótese em comento não resta configurada a aludida litispendência, tendo em vista que, embora haja identidade de delitos e do agente imputado, os fatos típicos teriam ocorrido em momentos diversos.

O trancamento da ação penal em sede de habeas corpus é medida excepcional concedida apenas quando presente uma das hipóteses do art. 648, I, VI e VII, do Código de Processo Penal, descabendo obstar *ab ovo* a ação penal, na estrita via mandamental, sem que provada a coação ilegal.

Contudo, vislumbrando-se a partir dos próprios textos das atiais acusatórias assacadas contra a Paciente a possibilidade de terem sido os delitos praticados em continuidade delitiva, é recomendável que se reúnam todas as ações penais em curso para julgamento conjunto, oportunidade em que terá o magistrado singular melhor condição de decidir, de acordo com o convencimento que lhe trazer a prova contida nos autos, sobre a ocorrência de crime continuado (art. 71 do CP) ou de concurso material (art. 69, do CP).

Melhor sorte não acode à alegação de constrangimento ilegal por excessiva dilação prazal, sem a conclusão da coleta judicial de provas.

Consoante noticiado pelo julgador *a quo*, o feito, assim como os demais instaurados contra a Paciente, se revelam complexos pela pluralidade de vítimas e dificuldade na localização e oitivas das mesmas, bem como pela necessidade de expedição de cartas precatórias, pois a Paciente está presa em outra comarca e algumas vítimas também moram fora do distrito da culpa.

Ante o exposto, **voto pela denegação da ordem**, determinando-se ao juiz primevo a reunião das ações penais instauradas contra a Paciente para julgamento conjunto e brevidade na designação de audiências.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator